



PARECER ÚNICO Nº 0182535/2018 (SIAM)

INDEXADO AO PROCESSO: Licenciamento Ambiental	PA COPAM: 22010/2014/001/2015	SITUAÇÃO: Sugestão pelo Deferimento
FASE DO LICENCIAMENTO: Licença de Operação Corretiva – LOC		VALIDADE DA LICENÇA: 10 anos

PROCESSOS VINCULADOS CONCLUÍDOS: Outorga	PA COPAM: 38947/2015	SITUAÇÃO: Indeferimento – Solicitação do empreendedor
--	--------------------------------	---

EMPREENDEDOR: SCFLOR Empreendimentos Agrícolas Ltda	CNPJ: 08.669.153/0001-38
EMPREENDIMENTO: Fazenda São Marcos	CNPJ: 08.669.153/0003-08
MUNICÍPIO(S): Bocaiúva e Olhos D'Água	ZONA: Rural
COORDENADAS GEOGRÁFICA (WGS84): LAT/Y 17º 14' 31,92" LONG/X 43º 38' 0,88"	
LOCALIZADO EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO:	
<input type="checkbox"/> INTEGRAL	<input type="checkbox"/> ZONA DE AMORTECIMENTO
<input type="checkbox"/> USO SUSTENTÁVEL	<input checked="" type="checkbox"/> NÃO
BACIA FEDERAL: Rio Jequitinhonha	BACIA ESTADUAL: Rio Tabatinga
UPGRH: JQ1: Alto rio Jequitinhonha	SUB-BACIA: Córrego Santo
CÓDIGO: G-03-02-6	ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 74/04): Silvicultura
CLASSE 3	
CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO:	REGISTRO:
BIOPRESERVAÇÃO Consultoria e Empreendimentos Ltda.	
Marcos Aurélio Sartori	CREA 65.591/D-MG
Raphaella de B. Alvarenga	CRBio 87.271/04-D
Elídio A. E. Guarçoni	CRBio 37.276/04-D
Pedro César Rohlfs Pereira	CREA 166.716
Helton José Carmanini Lourenço	CREA 141.370/D
Ramon Oliva Souza	CREA 131.686/D
Josimar de Oliveira Mageste	CRBio 62.021/04-D
Renato Costa Soares	CREA 177748/D
RELATÓRIO DE VISTORIA: 62/2015	DATA: 02/07/2015

EQUIPE INTERDISCIPLINAR	MATRÍCULA	ASSINATURA
Maria Júlia Coutinho Brasileiro – Gestor Ambiental (Gestora)	1302105-0	
Gilmar Figueiredo Guedes Júnior – Gestor Ambiental	1366234-1	
Cíntia Sorandra Oliveira Mendes – Gestora Ambiental	1224757-3	
Rafael Fernando Novaes Ferreira – Analista Ambiental	1148533-1	
Rafaela Câmara Cordeiro – Gestor Ambiental Jurídico	1364307-7	
De acordo: Cláudia Beatriz Oliveira Araújo Versiani – Diretora Regional de Apoio Técnico	1148188-4	
De acordo: Yuri Rafael de Oliveira Trovão – Diretor de Controle Processual	0449172-6	



1. Introdução

O presente Parecer refere-se à solicitação da Licença de Operação Corretiva (LOC) requerida pela SCFLOR Empreendimentos Agrícolas Ltda., para o empreendimento Fazenda São Marcos situado na zona rural dos municípios de Bocaiúva e Olhos D'Água. A atividade principal do empreendimento é a silvicultura de eucalipto, que possui, segundo critérios estabelecidos pela Deliberação Normativa COPAM 74/2004, porte e potencial poluidor médio e classe 3, se enquadrando no código G-03-02-6.

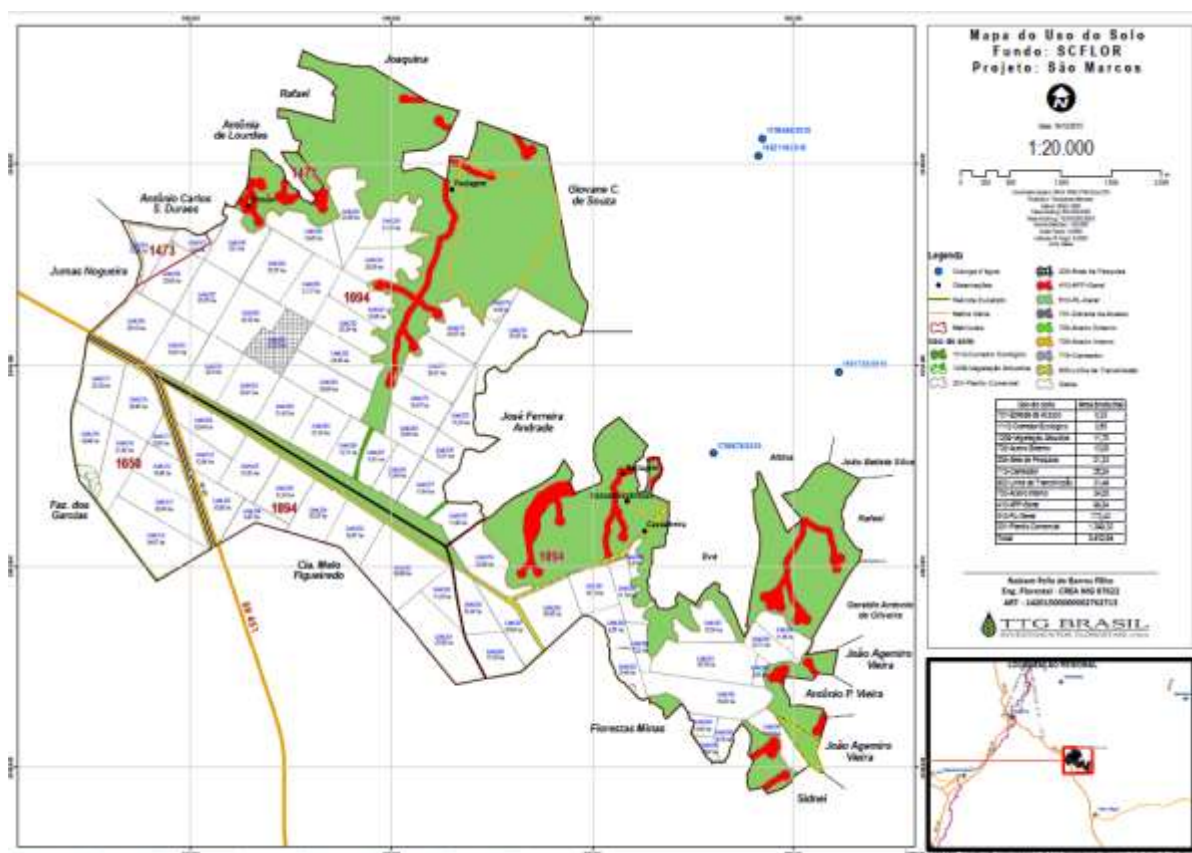
O Formulário Integrado de Caracterização do Empreendimento (FCE) referente à solicitação da LOC foi protocolado em 06 de agosto de 2014 e a formalização do processo ocorreu em 05 de fevereiro de 2015 nos termos do Formulário de Orientação Básica sobre o Licenciamento Ambiental (FOBI) nº 0793232/2014A.

Para subsidiar a análise do processo foram apresentados os seguintes estudos ambientais: Estudo de Impacto Ambiental (EIA), Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), Plano de Controle Ambiental (PCA), os quais foram elaborados pela equipe técnica interdisciplinar da empresa Biopreservação Consultoria e Empreendimentos Ltda. Os estudos foram acompanhados com as Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) dos profissionais responsáveis pela elaboração dos mesmos.

Para atestar a viabilidade ambiental realizou-se vistoria na área do empreendimento no dia 02 de julho de 2015. Ante a necessidade de complementar a análise do processo, foram solicitadas informações complementares, com prazo de 120 dias par atendimento por meio do Ofício SUPRAM NM Nº. 1208/2015 no dia 24 de agosto de 2015, o qual foi encaminhado ao empreendedor e recebido pelo mesmo no dia 25 de agosto de 2015. No dia 07 de dezembro de 2015 o empreendedor solicitou prorrogação do prazo de entrega das informações complementares por mais 120 dias, sendo concedida a prorrogação. As informações complementares foram entregues no dia 25 de abril de 2016, as quais foram avaliadas pela equipe técnica deste processo.

No dia 22 de outubro de 2015 foi celebrado Termo de Ajustamento de Conduta entre a SCFLOR Empreendimentos Agrícolas Ltda e a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável para continuidade da operação as atividades do empreendimento.

Todas as informações constantes no parecer foram extraídas dos estudos ambientais apresentados pelo empreendedor, das informações complementares apresentadas, e de informações verificadas em vistoria.



Telephone: (38) 3224-7500



2. Caracterização do Empreendimento

Silvicultura

A área de silvicultura implantada no empreendimento é composta de 1.257,89 ha e o material genético utilizado no plantio é o clone Eucalipto Urograndis (híbrido de *Eucalyptus urophilla* e *Eucalyptus grandis*). O povoamento encontra-se estabelecido e segundo informações do empreendedor, a madeira obtida no empreendimento será destinada para venda em pé, para empresas que processam a madeira, transformando-a em produtos de maior valor agregado como carvão, celulose ou madeira para tratamento.

O empreendimento foi instalado em meados da década de 1980, sendo que o cultivo era realizado por outras empresas. Os dados médios de produtividade após 07 anos são aproximadamente de 250 m³ de madeira por hectare.

Para as operações de plantio serão adotadas ações de cultivo mínimo que apresentam vantagens em relação aos métodos convencionais tais como, manutenção prolongada da matéria orgânica na superfície do solo como protetora ao impacto direto das gotas de chuva e atenuante da velocidade da água superficial, conservação da umidade relativa do solo na superfície, não revolvimento da superfície do solo e redução da infestação de ervas daninhas, redução de operações com reflexo no custo operacional, atenuação dos efeitos do veranico, melhoria da micro e mesofauna do solo, melhoria da fertilidade e das propriedades físicas do solo no longo prazo.

O plantio e manutenção da floresta compreende um conjunto de atividades florestais que visam propiciar as melhores condições para que a muda se desenvolva. Inclui as atividades de limpeza de área, controle de formigas, combate a cupins, controle de mato competição, preparo do solo, adubação, plantio, irrigação, replantio, adubação de cobertura, condução de brotação, e por fim a colheita florestal.

Segundo informações do empreendedor caberá ao cliente/comprador a determinação do método mais adequado de colheita devendo este respeitar, atender e seguir, para condução da atividade, as normas de colheita florestal, orientações ambientais e de segurança no trabalho. A empresa definiu como área máxima de colheita 800,00 hectares por cliente em cada propriedade, evitando-se assim a colheita em 100% da área, com o intuito de formação



de mosaicos para adaptabilidade da fauna local e também para redução de impactos visuais nas populações vizinhas que utilizam as estradas internas da propriedade.

A prevenção e combate à incêndios florestais é realizada por meio de manutenção dos aceiros, treinamento de brigadas de controle de incêndio, vigilância das unidades de produção e áreas circunvizinhas com o auxílio de rondas, dois caminhões pipas equipados com equipamentos de combate a incêndio, tais como abafadores, pás, foices, enxadas, bombas-costais, pinga-fogo e mangueira. Estes caminhões ficam a disposição de mais três fazendas. Além disso, há uma parceria com a empresa Valourec, onde os funcionários da SCFlor utilizam a torre de observação localizada nas proximidades da Fazenda São Marcos.

Número de funcionários

Em razão do povoamento florestal se encontrar em idade relativamente avançada e não requerer maiores cuidados, o empreendimento atualmente conta com um número reduzido de funcionários, sendo apenas 02, estes, moradores da comunidade Ribeirão que fica próxima ao empreendimento, os quais são responsáveis pela vigilância e possuem jornada de trabalho no modelo de 12 horas trabalhadas com 36 horas de folga.

Não foi previsto o número de funcionários para as atividades de colheita e plantio/reforma do povoamento, uma vez que tais atividades serão terceirizadas e assim, ainda não foi definido o sistema de colheita a ser utilizado.

Infraestruturas

Atualmente não há edificações no empreendimento. A infraestrutura existente é composta por aceiros internos e externos com a função de vias de acesso para manutenção e colheita florestal, estradas municipais e vicinais. Na área do empreendimento também passa uma linha de transmissão de energia.

Transporte

As atividades relacionadas ao transporte florestal (colheita/plantio) e de outras atividades que envolvam movimentação de veículos dentro do empreendimento é realizada de forma periódica de acordo com o ciclo do plantio e/ou demanda de mercado. Toda a atividade é



realizada através dos clientes compradores de madeira em pé.

Os veículos e máquinas são abastecidos no município de Bocaiúva, pois na fazenda não existe sistema de abastecimento.

Toda e qualquer manutenção de veículos, máquinas e implementos agrícolas que possa vir a ocorrer em virtude da operação do empreendimento dever-se-á realizar fora da área da propriedade e em oficina especializada. Para verificar a qualidade das máquinas que operam dentro da unidade de manejo é realizada a inspeção eletromecânica trimestral. Além disso, todo o maquinário utilizado na área do empreendimento deverá conter um “Kit de Emergência Ambiental” – Dispositivo utilizado para contenção de derramamento e limpeza nas áreas, que deverá ser composto de: material absorvente, pá, sistema coletor e sacos. Este atenderá como medida mitigadora do possível impacto de derramamento de óleos e graxas.

Resíduos Sólidos

Os principais resíduos gerados na Fazenda São Marcos durante as atividades relacionadas à silvicultura são: pneus, filtro de óleo, graxa (usada, vencida, imprópria para uso), embalagens de defensivos agrícolas, óleo lubrificante usado, EPI's (Equipamento de proteção individual), resíduos sanitários (papel higiênico). De acordo com as informações do processo, a destinação de cada resíduo possivelmente gerado na área do empreendimento se dará da seguinte forma:

Pneus, filtro de óleo, óleo lubrificante usado e graxa: A manutenção de maquinário é terceirizada e realizada nas oficinas mecânicas do município de Bocaiúva.

Embalagens de defensivos agrícolas: Após a utilização, as embalagens desses produtos passam por processos de limpeza para a eliminação dos resíduos. No caso dos herbicidas, quando utilizado sob forma líquida, é realizada a tríple lavagem e perfuração das embalagens. A água utilizada no processo de tríple lavagem é reutilizada nos pulverizadores. As embalagens de formicidas utilizadas são viradas “ao avesso”, de forma a reduzir a presença de resíduos tóxicos no depósito temporário (terceirizado) localizado em Francisco Dumont. As embalagens de herbicidas e inseticidas são recolhidas pelos fabricantes e fornecedores periodicamente, enquanto as embalagens de fertilizantes são



comercializadas regionalmente como material reciclável, sendo também entregues na Assoc Rev. Prod. Agrop. do Norte de Minas – ARPANORTE.

EPI's (Equipamento de proteção individual), resíduos sanitários (papel higiênico) e placas de sinalização: atualmente são encaminhados para o Aterro Controlado do município de Bocaiúva, MG. Será condicionado neste parecer a disposição ambientalmente correta.

Efluentes

Não há edificações no empreendimento, sendo que os principais efluentes gerados são caracterizados por efluentes sanitários gerados por funcionários que trabalham no campo em operações de plantio, manutenção e colheita.

De acordo com informações complementares apresentadas no processo, para as atividades a serem desenvolvidas em campo pelas empresas prestadoras de serviço, serão instalados banheiros químicos, conforme imagens abaixo.



Figura 2: Modelo de banheiros químicos que serão utilizados nas frentes de serviço. **Fonte:** Informações complementares apresentadas pela SCFLOR.



Os banheiros serão instalados em carretas de reboque as quais serão acopladas no veículo que transportará os trabalhadores para o campo. Os efluentes sanitários advindos dos banheiros químicos serão adequadamente encaminhados para tratamento em uma ETE (Estação de Tratamento de Esgoto) da COPASA.

3. Caracterização Ambiental

Área Diretamente Afetada (ADA): é caracterizada como a superfície do terreno efetivamente ocupada e alterada pelo empreendimento e compreende a área dos talhões de eucalipto, estradas e aceiros, áreas de APP's, corredores ecológicos e áreas de Reserva Legal da Fazenda São Marcos.

Área de Influência Direta (AID): para os meios físico e biótico compreende as áreas adjacentes a ADA que possuem remanescentes de vegetação, mata ciliar, e áreas que possam apresentar elementos naturais e habitats para fauna silvestre significativos. Para o empreendimento a AID foi caracterizada como um "buffer" de 1.000 m que compreende as áreas de entorno da ADA.

Para o meio socioeconômico, a AID compreende a comunidade Jacaré, localizada na região norte da propriedade, e as fazendas localizadas no entorno, sendo: Fazenda Peixe, Fazenda do Largo, Fazenda Buriti, Fazenda Volta da Capoeira, Fazenda do Garcia, Fazenda Bom Jardim, Fazenda Varginha, Fazenda Jacaré, Fazenda Veredinha e Retiro da Fazenda Garcia.

Área de Influência Indireta (AII): para os meios físico e biótico a AII compreende a micro bacia de inserção do empreendimento, que integra a sub-bacia do Alto Jequitinhonha denominada de UPGRH - JQ1. Para o meio socioeconômico a AII corresponde aos municípios de Bocaiúva e Olhos d'Água.

3.1. Meio Biótico

Flora

A Fazenda São Marcos está inserida em área de domínio do Bioma Cerrado. A vegetação



nativa da área do empreendimento encontra-se em diferentes condições de conservação e possui fitofisionomias de cerrado *strictu sensu*, campo cerrado e algumas áreas de floresta estacional semidecidual e veredas.

O cerrado *strictu sensu* apresenta estrato arbóreo com alturas variando entre 5-6m, relativamente espaçadas entre si, às vezes tocando-se de leve pelas copas, representadas pelas espécies: faveiro (*Dimorphandra mollis* Benth.), lixeira (*Curatella americana* L.), jacarandá-do-cerrado (*Machaerium opacum* Vog.), pau-terra-da-folha-larga (*Qualea grandiflora* Mart.), cagaita (*Eugenia dysenterica* DC.), pequi (*Caryocar brasiliense* Camb.), sucupira preta (*Bowdichia virgilioides* H.B.K.), barbatimão (*Stryphnodendron adstringens* Mart.), bacuparis (*Pouteria ramiflora* (Mart.) Radlk. E.P. Torta Radlk.), jatobá (*Hymenaea stigonocarpa* Mart.), ipê-amarelo (*Tabebuia ochracea* (Cham) Standl.), orelha-de-elefante (*Aspidosperma macrocarpon* Mart.), embiruçu (*Eriotheca pubescens* (Mart & Zucc.) Schott. & Endl.), jacarandá (*Dalbergia miscolobium* Benth.), caqui-bravo (*Diospyros hispida* DC.), açoita-cavalo (*Luehea grandiflora* Mart & Zucc.) tingui (*Magonia pubescens* St. Hil.), pimenta-de-macaco (*Xylopia aromatica* (Lam.) Mart.), mangaba (*Hancornia speciosa* Gomez), entre outras.

No estrato arbustivo destacam-se a bolsa-de-pastor (*Zeyheria digitalis* (Vell.) Hoehne.), cabelo-de-negro (*Erythroxylum campestre* St. Hil.), pau-d'olinho (*Copaifera oblongifolia* Mart.), fedegoso (*Cassia nigra* G. Don), e, entre os de porte mais reduzido encontramos com frequência: assa-peixe (*Vernonia* spp.); e trepadeiras, como tinguí-de-cipó (*Serjania gracilis* Radlkj).

O campo cerrado é encontrado em áreas de solo raso, eventualmente com pequenos afloramentos de rochas, em solos profundos de baixa fertilidade ou ainda em áreas de cerrado que sofreram forte perturbação antrópica.

A composição florística do campo cerrado apresenta-se bastante diversificada, sendo seus ecótipos mais representativos as plantas lenhosas: *Andira humilis* (Leguminosae Pap., Angelim-do-cerrado); *Cassia* spp. (Leguminosae Caes., fedegoso-do-cerrado). Destacam-se ainda: *Byrsonima* spp. (Malpighiaceae, murici-rasteiro); *Bauhinia* spp. (Leguminosae Caes., unha-de-vaca); *Attalea* spp. (Palmae, palmeirinha-do-cerrado); *Allagoptera campestris* (Palmae, coco-de-raposa); *Orbignya eichleri* (Palmae, coco-de-guriri) e as plantas gramíneas (Gramineae): (*Aristida*, *Axonopus*, *Echinolaena*, *Ichnanthus*, *Panicum*,



Paspalum, *Trachypogon*, *Tristachya*). Dentre as herbáceo-arbustivas podemos citar diversas famílias botânicas, tais como: *Compositae*, *Leguminosae*, *Lythraceae*, *Labiatae*, *Melastomataceae*, *Dilleniaceae*, *Rubiaceae* e *Palmae*, destacando-se as espécies *Axonopus* spp. (grama-do-cerrado); *Andropogon* spp. (capim-do-cerrado); *Aristida pallens* (capim-barba-de-bode); *Echinolaena inflexa*; *Paspalum* spp; *Tristachya* spp. (capim-flechinha), etc.

As veredas encontradas na área da Fazenda São Marcos ocorrem nas áreas de nascentes, ou em depressões. É predominantemente campestre, com estrato herbáceo-graminoso, onde se destaca o principal elemento arbóreo presente – o buriti (*Mauritia vinifera* Mart.). Nestas áreas o solo apresenta-se encharcado praticamente o ano todo, e constituem, juntamente com as matas de galeria e as matas ciliares, áreas de proteção permanente, protegidas por legislação federal.

Dentre as espécies pertencentes a flora do empreendimento foram encontradas espécies imunes de cortes, sendo o *Caryocar brasiliense* (pequi) e *Tabebuia ochraceus* (ipê-amarelo).

A cobertura vegetal das áreas antropizadas é composta por eucalipto e áreas de pastagens em regeneração.

Fauna

Para a realização do diagnóstico da fauna da área foram utilizados dados secundários e primários e foram utilizados alguns critérios para definição de pontos amostrais, tais como presença de áreas florestadas e corpos d'água, diversidade de fitofisionomias e diferenças de altitude. O levantamento abrangeu áreas das principais fitofisionomias presentes na região do empreendimento.

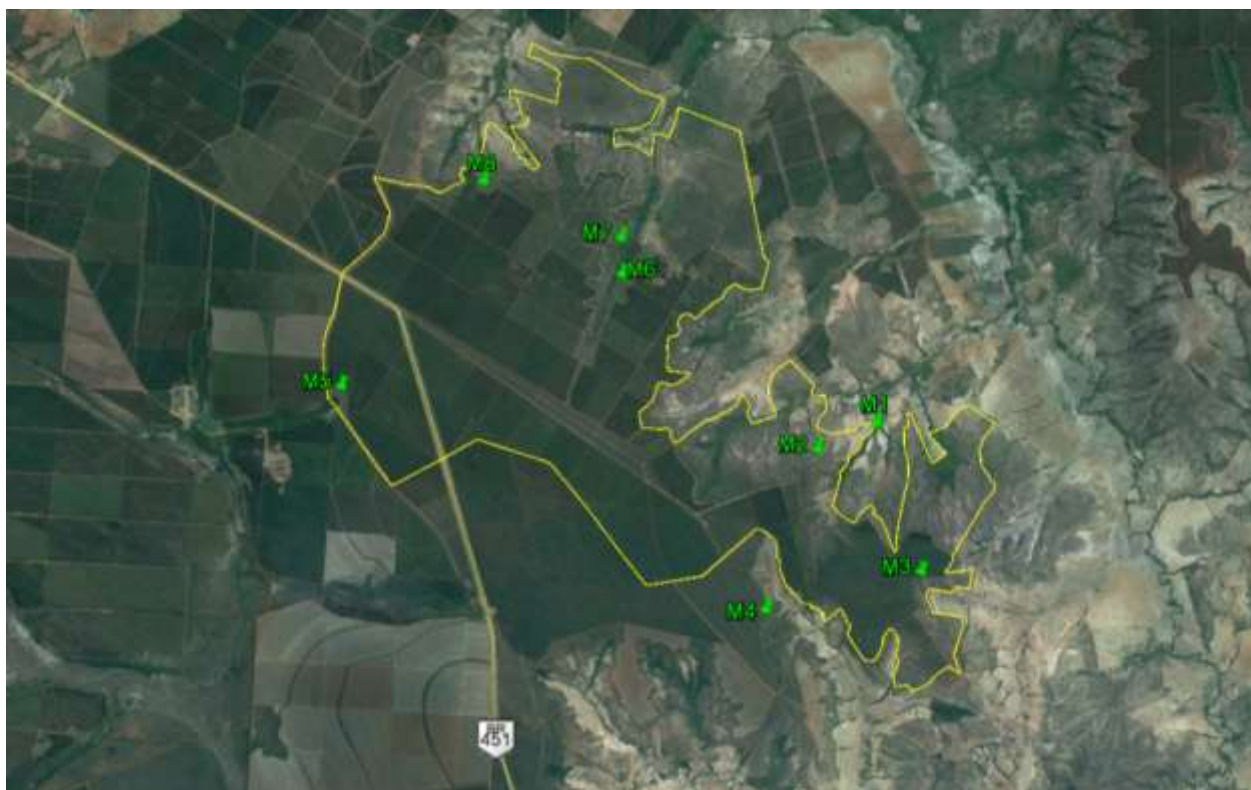


Figura 3: Localização dos pontos amostrais do levantamento da fauna.

Os trabalhos foram realizados entre os dias 10 a 14 de novembro/2013 (período seco) (observação: os índices pluviométricos foram baixos em novembro de 2013) e 13 a 17 de Fevereiro/2014 (período chuvoso).

Com o objetivo de estimar o número de espécies ativas na região, durante as atividades de campo foi utilizado o estimador de riqueza não paramétrico Jackknife de primeira ordem empregando-se 1000 aleatorizações.

Para avaliar a suficiência amostral foi utilizada a curva do coletor, elemento gráfico que representa o incremento de espécies à lista total de espécies à medida que novas amostras são acrescentadas.

A diversidade de espécies foi calculada utilizando-se o Índice de Diversidade de Shannon-Wiener (H'). Também foi calculada a homogeneidade, ou Índice de equabilidade de Pielou (J'), que utiliza o valor obtido com o índice de diversidade de Shannon e o valor máximo de diversidade esperada ($H'_{\text{máx.}}$).



A comparação foi feita por meio do índice de similaridade de Jaccard (SJ) que expressa a semelhança entre ambientes, baseando-se no número de espécies compartilhadas, a semelhança será maior quanto maior for o número de componentes comuns e quanto mais próximas forem as quantidades com que estes estão presentes.

Para avaliar o status de conservação das espécies foram consultadas as listas oficiais mundial, nacional e estadual de espécies ameaçadas de extinção.

Mastofauna

Foram utilizados dois métodos para o levantamento de dados primários, sendo eles: busca ativa e; utilização de equipamentos remotos de obtenção de imagem (armadilhas fotográficas).

Por meio da obtenção de dados primários foram encontradas 10 espécies distribuídas em 8 famílias. As espécies mais abundantes foram *Callithrix penicillata* com 23 indivíduos registrados, seguida por *Didelphis albiventris*, com 14 indivíduos e *Didelphis marsupialis* com 11 indivíduos.

Avifauna

Para realizar o levantamento foi utilizado binóculo (8-17 x 30), observações a olho nu e observações indiretas como locais de nidificação, frutos predados, etc. Foram realizadas observações em todas as fitofisionomias do empreendimento.

Além da identificação das espécies, também procurou-se observar o comportamento alimentar das mesmas, para futura associação com dados dos levantamentos da flora.

As aves registradas são, de maneira geral, típicas de cerrado, com larga distribuição e pouco exigentes quanto ao tipo de habitat, que podem ser visualizadas em bordas e áreas bastante perturbadas como pastagens e capoeiras. Nenhuma espécie encontra-se ameaçada de extinção em nível nacional e em nível estadual.

As 85 espécies de aves amostradas, pertencem a 32 famílias e 12 ordens. As amostragens foram realizadas em ambientes que variam desde áreas de cerrado em regeneração a



fragmento florestal, mata de galeria, talhão de eucalipto e em voo.

As famílias mais representativas foram Tyranidae, com 16 espécies (19%), seguida de Thraupidae, 6 espécies (7%), Emberezidae com 5 espécies (6%) e Furnariidae com 5 espécies (6%). Estas famílias reunidas foram responsáveis por 38% das espécies amostradas. A espécie mais abundante foi a *Brotogeris chiriri*.

Cinquenta e quatro espécies (63%) ocorreram em ambientes de cerrado, das quais 24 espécies (28%) foram exclusivas deste tipo de ambiente, 36 (42%) ocorreram em áreas de floresta, incluindo fragmentos e mata de galeria (dezessete exclusivas), 23 (27%) ocorreram em áreas de plantio de eucalipto e suas proximidades (quatro exclusivas) e 12 (14%) foram registradas durante o voo. Quarenta espécies (47%) ocorreram em mais de uma classe de ambiente, sendo classificadas como generalistas de hábitat, o que não exclui a possibilidade de outras espécies registradas exclusivamente em um determinado tipo de hábitat, serem também generalistas.

Herpetofauna

Para o registro de anfíbios e répteis foram realizadas atividades diurnas e noturnas aos pontos de amostragem, sendo a ocorrência dos animais obtida por meio de procura ativa (busca delimitada por tempo) e zoofonia (identificação das espécies de anfíbios através das vocalizações emitidas pelos machos).

Durante o trabalho de campo foram registradas um total de 10 espécies de anfíbios pertencentes à 4 famílias, todos pertencendo a ordem Anura. As famílias com maior diversidade de espécie foram a Leptodactylidae e a Hylidae, o que é esperado devido a extensa diversidade destas famílias no Brasil, sendo que as demais famílias foram representadas por duas espécies cada (Cycloramphidae e Bufonidae).

Nenhuma espécie de anfíbio registrada encontra-se oficialmente ameaçada de extinção, segundo a Lista Vermelha das Espécies da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção e a revisão do Livro Vermelho das Espécies da Fauna Ameaçada de Extinção de Minas Gerais. Também não foram registradas espécies de anfíbios classificadas sob a categoria de Dados Deficientes.



Na área do empreendimento e seus arredores foram encontradas 03 espécies de répteis, sendo duas espécies de serpentes e uma espécie de lagarto.

Todas as espécies registradas neste estudo são comuns em áreas de Cerrado (ex. *Dendropsophus minutus*, *Rhinella schneideri*, *Tropidurus torquatus*), sendo que algumas também podem ser encontradas no bioma Mata Atlântica e na Amazônia (ex. *Hypsiboas albopunctatus*, *Leptodactylus fuscus*). Por outro lado, *Hypsiboas lundii* é exclusiva do bioma Cerrado. Esta ocupa matas de galeria, sempre associada a vegetação marginal de córregos e riachos.

Ictiofauna

Conforme informações prestadas pelo empreendedor, os córregos e veredas do empreendimento encontravam-se secos, mesmo no período chuvoso, justificando a não realização do levantamento de dados primários da ictiofauna.

Síntese do Diagnóstico

A área da Fazenda São Marcos é caracterizada pela presença de fragmentos florestais e áreas antropizadas que suportam principalmente a ocorrência de espécies menos exigentes e amplamente distribuídas, que se adaptam com maior facilidade às alterações antrópicas. Entretanto, a área abriga também, embora em menor número, espécies especialistas e mais influenciadas pela alteração da paisagem. Essas últimas espécies merecem atenção especial, já que estão associadas a ambientes mais preservados, importantes para sua manutenção.

3.2. Meio Físico

Geologia e Geomorfologia

As unidades litoestratigráficas presentes na área da Fazenda São Marcos são as Coberturas Detrito-Lateríticas e a Formação Serra do Catuni. As coberturas detrito-lateríticas são constituídas por uma couraça laterítica ferruginosa e/ou por um solo arenoso vermelho, de alteração da última. Tal couraça possui um forte controle altimétrico, aparecendo em todo o norte de Minas Gerais entre as cotas de 950 e 1050 m.



A Formação Serra do Catuni é constituída por uma espessa camada de metadiamicititos com intercalações de metarenitos maciços, geralmente lenticulares. A matriz da camada de metadiamicititos é heterogeneamente composta por quartzo, minerais micáceos (principalmente muscovita), feldspato potássico e carbonato, sendo que a textura da matriz é extremamente imatura, com grãos angulosos à subarredondados. Esta formação possui grande abrangência na bacia do rio Macaúbas, principalmente em sua porção ocidental.

Quanto a geomorfologia, o empreendimento está situado em uma faixa de domínio que apresenta uma forma de relevo lisa, a qual é entrecortada por inúmeras cabeceiras de drenagens que fluem em direção leste, na bacia do Rio Jequitinhonha, e corresponde integralmente a coberturas colúvio-eluviais, denotando ter um forte controle tectônico (neotectônico) em sua formação.

Pedologia

Na Fazenda São Marcos foram encontradas diferentes classes de solo, sendo o Latossolo vermelho a classe predominante na área do empreendimento. Este tipo de solo apresenta baixa fertilidade, são solos profundos e não apresenta restrição física ao desenvolvimento radicular e à mecanização. Entretanto, a fertilidade do solo não tem sido um fator limitante do uso do mesmo, uma vez que já é bem conhecida a sua correção tornando-o de grande potencial produtivo.

O Latossolo Vermelho-Amarelo distrófico ocupa áreas relativamente pequenas no empreendimento. Este solo apresenta características similares às do Latossolo Vermelho Distrófico, porém ocorre em altitude um pouco mais baixa e em relevo ligeiramente declivoso.

O Nitossolo Bruno distrófico típico encontra-se em pequenas áreas no empreendimento, em regiões onde o relevo é fortemente ondulado. São solos profundos, bem estruturados, bem drenados e com profundidade efetiva relativamente grande. Apresentam limitações a mecanização, sendo que não foram observados plantios neste tipo de solo.

Ocupando pequenas áreas no empreendimento, o Cambissolo Háplico apresenta características do material originário (rocha) evidenciado pela presença de minerais primários. Estes solos apresentam horizonte B incipiente e são susceptíveis a erosão.



Os plintossolos háplicos distróficos apresentam grande concentração de plintita (concreções ferruginosas) nos 40 cm iniciais desde a superfície. São limitados pela baixa fertilidade e pela abundância de concreções no perfil. Também ocorrem em poucas áreas no empreendimento.

Os neossolos litólicos distróficos são solos rasos, apresentam baixa fertilidade e geralmente ocorrem em áreas com declive acentuado. Estes fatores limitam o crescimento radicular, o uso de máquinas e elevam o risco de erosão. Geralmente são destinados a conservação e ocorrem em áreas muito pequenas no empreendimento.

Os Neossolos Flúvicos Tb distróficos típico ocorrem, normalmente, ao longo de linhas de drenagem, sendo que na Fazenda São Marcos ocupam áreas pequenas ao longo de cursos d'água.

Os gleissolos háplicos ocupam áreas de veredas no empreendimento e são solos minerais, hidromórficos, mal drenados, que apresentam horizontes A (mineral) ou H (orgânico), seguido de um horizonte de cor cinzento-olivácea, esverdeado ou azulado, chamado horizonte glei. O horizonte glei é resultado de modificações sofridas pelos óxidos de ferro existentes no solo em condições de encharcamento durante o ano todo ou parte dele.

Clima

A região onde está inserido o empreendimento apresenta clima do tipo Aw – Clima Tropical de Savana, segundo a classificação de Koppen, com duas estações bem definidas, inverno seco e verão chuvoso. A temperatura média anual é em torno de 22,4°C, com máxima anual de 29,3°C e mínima de 16,7°C, sendo que as temperaturas mais elevadas, normalmente situando-se entre os meses de outubro a março.

Com relação a precipitação os maiores índices pluviométricos ocorrem nos meses de novembro a janeiro, representando cerca de 60% do volume pluviométrico. A média anual da precipitação é em torno de 1.086,4 mm. Nos meses de maio a agosto quase não há ocorrência de precipitação.

O mês de agosto apresenta a maior média de insolação do ano, com cerca de 2701 horas



de brilho solar, e o mês de novembro a menor média mensal (161,8 horas), em razão da elevada nebulosidade.

Hidrologia, Hidrogeologia e Recursos Hídricos

O empreendimento está situado na bacia do rio Jequitinhonha, na sub-bacia Alto Rio Jequitinhonha (UPGRH – JQ1). O principal curso d'água da bacia é o rio Jequitinhonha, que possui regime permanente. O afluente mais próximo do empreendimento é o rio Macaúbas. Na Fazenda São Marcos os recursos hídricos superficiais são representados por córregos e veredas.

Com relação a hidrogeologia, o empreendimento está localizado na porção geológica denominada de depósitos detrítico-lateríticos, que condiciona as características do aquífero.

Espeleologia

O trabalho para caracterização espeleológica foi realizado em três etapas: levantamento bibliográfico sobre a área investigada; levantamento de campo; interpretação dos dados e confecção do relatório final.

De acordo com os estudos apresentados nenhuma feição cárstica foi identificada. Assim, com base nos 35 pontos de caminamento, na geologia local da região, na integração entre geomorfologia e feições caracteristicamente cársticas, o potencial espeleológico da região cercada pelo empreendimento é praticamente nulo. As cavidades cadastradas pelo CECAV para a cidade de Bocaiúva ocorrem a sudoeste da área pesquisada, em uma região onde afloram carbonatos da formação Lagoa do Jacaré, formação geológica distinta e não representativa na região de inserção da Fazenda São Marcos.

Arqueologia e Patrimônio Histórico-Natural

Foi solicitado ao empreendedor a apresentação de anuência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN, sendo protocolado na SUPRAM NM o OFÍCIO/GAB/IPHAN/MG Nº 227/2016 afirmando que o projeto de diagnóstico da propriedade foi aprovado, mas que necessita de complementações já solicitadas anteriormente pelo órgão via OFÍCIO/GAB/IPHAN/MG Nº 227/2016.



Em consulta da SUPRAM NM ao IPHAN questionando se os ofícios supracitado tratavam-se de anuência, o órgão informou-nos que não se tratam de anuência definitiva pois foi solicitado o projeto de prospecção arqueológica interventiva.

Para tanto, o empreendedor apresentou à SUPRAM NM, em atendimento ao Art. 27 da lei Estadual nº 21.972, Protocolo nº R39672/2018 de 22/02/2018, manifestação com a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica-ART nº 14201800000004340551 do responsável pelos estudos realizados, à saber Marcos Aurélio Sartori, CREA MG: 65591/D, onde afirma que o empreendimento se encontra consolidado em área ocupada com plantio de eucalipto desde a década de 1980 e não realizará impacto em terra indígena, em terra quilombola, em bem cultural acautelado, em zona de proteção de aeródromo, em área de proteção ambiental municipal e em área onde ocorra a necessidade de remoção de população atingida.

3.3. Meio Socioeconômico

O empreendimento encontra-se nos municípios de Bocaiúva e Olhos d'Água. De acordo com os estudos apresentados, em 2010 o município de Bocaiúva contava com uma população de 46.654 habitantes e uma taxa de urbanização de 78,45%.

Com relação a escolaridade, 49,46% da população com idade igual ou superior a 18 anos tinha completado o ensino fundamental e 33,46% o ensino médio, contra 51,43% e 35,04% de Minas Gerais, respectivamente.

A renda per capita média do município era de R\$451,54 em 2010.

Já o município de Olhos d'Água contava com uma população de 5.267 habitantes em 2010 e uma taxa de urbanização de 54,41%.

Com relação a escolaridade 31,42% da população com idade igual ou superior a 18 anos tinha completado o ensino fundamental e 15,06% o ensino médio. A renda per capita média do município era de R\$348,90 em 2010.

Cabe ressaltar que, segundo os estudos apresentados, a empresa tem dado ênfase na



geração de empregos para os moradores locais, sobretudo aqueles que residem na sede do município e em seu entorno.

4. Utilização e Intervenção em Recursos Hídricos

O empreendimento conta com quatro cadastros de uso insignificante na modalidade de captação superficial para irrigação de eucalipto, todos com vazão de 0,500 l/s durante 12 h/dia. As certidões Nº 1351722/2013 e 1739575/2013 são para captação no Córrego Brejinho e as certidões Nº 1352118/2013 e 1739535/2013 são para captação nos Córregos Água Boa e Jacaré, respectivamente.

O Processo de Outorga nº 38947/2015 será indeferido por solicitação do empreendedor conforme Protocolo nº R0023893/2018 de 31/01/2018, sob a justificativa de encerramento da demanda em razão da alteração dos procedimentos da empresa.

5. Autorização para Intervenção Ambiental (AIA)

O empreendedor declara no FCE que não haverá necessidade de supressão de vegetação, nem intervenção em Áreas de Preservação Permanente, uma vez que as atividades já se encontram instaladas, o que foi constatado em vistoria. Entretanto, qualquer intervenção em vegetação nativa que porventura venha ocorrer na área do empreendimento deverá ser objeto de regularização junto aos órgãos ambientais competentes.

6. Reserva Legal

As áreas de Reserva Legal da Fazenda São Marcos são compostas por 706,02 ha, não inferior a 20% da área da propriedade, conforme Termo de Compromisso de Averbação e Preservação de Floresta, datado de 24/08/2010 e averbado em 27/09/2010 no Cartório de Registro de Imóveis de Bocaiuva.

A vegetação encontra-se em diferentes estágios de regeneração e é representada por fitofisionomias de cerrado *strictu sensu*, campo cerrado e algumas áreas de floresta estacional semidecidual associadas à áreas de preservação permanente presentes em seu interior.



A Reserva Legal encontra-se, em sua maior parte, em áreas acidentadas e está, de um modo geral, bem conservada. Entretanto, foi observado que existem algumas áreas de carvoaria antiga e de pasto em regeneração dentro da Reserva legal. Tais áreas deverão ser enriquecidas floristicamente por meio da execução de um Projeto Técnico de Reconstituição da Flora (PTRF), conforme condicionante. Além disso, existem duas cascalheiras desativadas que serão recuperadas por meio da execução do Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD) e existem algumas brotações de eucalipto em uma área de aproximadamente 1,0 ha, que também estão sendo controladas.

7. Impactos Ambientais e Medidas Mitigadoras

Meio Físico

Impacto: Compactação do solo.

Medida mitigadora: Remoção da cobertura arbórea do solo apenas onde for estritamente necessário.

Impacto: Erosão devido à exposição do solo às intempéries.

Medida mitigadora: Adoção de práticas conservacionistas, tais como o preparo reduzido do solo, plantio em curvas de nível para evitar o escoamento superficial de água e a ocorrência de processos erosivos, manutenção de cobertura vegetal nas entrelinhas dos plantios.

Impacto: Assoreamento de cursos d'água em virtude de carreamento de sólidos.

Medida mitigadora: Programa de Conservação do Solo – controle de processos erosivos.

Impacto: Alteração da paisagem local.

Medida mitigadora: Colheita parcial do povoamento.

Impacto: Emissões atmosféricas provenientes dos equipamentos utilizados (tratores, caminhões, etc.).

Medida mitigadora: Manutenção periódica e efetiva dos veículos.

Impacto: Contaminação dos cursos de água com defensivos agrícolas e compostos fenólicos.

Medida mitigadora: Programa de proteção dos recursos hídricos – monitoramento da



qualidade da água.

Impacto: Acréscimo dos efeitos erosivos pela chuva, quando da abertura de estradas e aceiros.

Medida mitigadora: Programa de conservação do solo – controle de processos erosivos.

Impacto: Compactação subsuperficial dos solos em função da mecanização excessiva.

Medida mitigadora: Programa de conservação do solo – controle de processos erosivos.

Impacto: Aumento da concentração de sólidos em suspensão, matéria orgânica e nutrientes nos cursos d'água.

Medida mitigadora: Programa de conservação do solo – controle de processos erosivos.

Meio Biótico

Impacto: Destruição de habitat e afugentamento da fauna.

Medida mitigadora: Programa de manejo das áreas de vegetação nativa e Programa de vigilância, prevenção e combate a incêndios.

Impacto: Fragmentação de maciços florestais ou impedimento da comunicação entre maciços próximos.

Medida mitigadora: Programa de manejo das áreas de vegetação nativa.

Impacto: Caça e captura de animais nativos.

Medida mitigadora: Programa de educação ambiental.

Impacto: Ruídos provenientes de máquinas e equipamentos, gerando afugentamento da ornitofauna e de animais terrestres.

Medida mitigadora: Recomenda-se a manutenção e regulagem periódica dos veículos, maquinários e equipamentos da usina, visando diminuir os ruídos e vibrações no solo.

Impacto: Comprometimento da vegetação nativa devido a aporte de sedimentos e assoreamento dos cursos de água.

Medida mitigadora: Programa de Manejo das Áreas de Vegetação Nativa.



Meio socioeconômico

Impactos: Geração de empregos; arrecadação de impostos; fomento à economia da região.

Medidas: Priorização da contratação de trabalhadores locais.

8. Programas e/ou Projetos

8.1. Programas para o meio Físico

Programa de conservação do solo – controle de processos erosivos

O objetivo deste programa é prevenir e minimizar os impactos decorrentes do manejo do solo sobre os recursos solo e água, impedir a formação de processos erosivos na área diretamente afetada e evitar o assoreamento de cursos d'água, bem como a alteração da qualidade da água.

Para a execução deste programa as atividades realizadas consistirão na coleta, análise e monitoramento das condições físico-químicas do solo; adequação e manutenção dos sistemas de drenagem pluvial e contenção de sedimentos através da implantação de estruturas físicas tais como a construção de barriguihas ao longo das estradas; treinamento e educação ambiental; adoção das medidas de cultivo mínimo; evitar a condução de operações de campo mais intensivas em épocas em que o solo se encontrar encharcado; construção de estradas de forma compatível com o relevo e com as características do solo e da vegetação; utilização de pneus de baixa pressão e alta flutuação pra reduzir a compactação do solo; evitar a modificação do leito original dos cursos d'água; fomentar medidas de ação conscientizadoras à comunidade diretamente afetada pelo empreendimento, sobre a importância do recurso solo para o seu desenvolvimento e sustentação.

Programa de Proteção dos Recursos Hídricos – Monitoramento da Qualidade da Água

O monitoramento da qualidade das águas irá gerar informações sobre a sua qualidade em seus aspectos físicos, químicos e bacteriológicos, diante das práticas de manejo e de conservação do solo e da água. O Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas Superficiais tem como objetivos principais: caracterização da condição de qualidade, suas



variações sazonais e o comportamento dos parâmetros do IQA (Índice de Qualidade das Águas) em função da ocupação da bacia de drenagem e das práticas de manejo adotadas na área de influência do empreendimento; identificação de possíveis impactos negativos do empreendimento sobre os recursos hídricos na sua área de influência.

Para atendimento dos objetivos propostos do Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas Superficiais foi proposto basicamente um ponto de amostragem, localizado a jusante da área do empreendimento no córrego Água Boa (Localização UTM: 23k 646612mE / 8095602mS). Considerando que os cursos d'água da região apresentam-se em geral intermitentes, a campanha de monitoramento da água deverá ser realizada o período chuvoso (entre dezembro a março).

Considerando a periodicidade anual (realizado sempre na estação chuvosa), o programa deverá ser executado durante toda vigência da licença.

A equipe da SUPRAM verificou a necessidade de outros pontos de monitoramento, pois o ponto proposto atinge apenas um curso hídrico, sendo que existem outros no empreendimento. Assim, será condicionado o monitoramento da qualidade da água em pontos que estejam a jusante de todos os cursos hídricos presentes na fazenda São Marcos.

Programa de conservação e manutenção da rede viária

O objetivo deste programa é propiciar condições adequadas de segurança para trabalhadores e visitantes nas áreas do empreendimento, através de boas condições de trafegabilidade e de sinalização educativa.

Para execução deste programa será necessária a definição dos pontos de maior risco de ocorrência de incêndios; manutenção periódica dos aceiros; manutenção e construção de novas bacias de contenção associadas à camalhões (quando for o caso) – o que contribui para controle de erosão e possui interface direta com o programa de conservação do solo; manutenção das condições de trafegabilidade e segurança dos acessos; inspeções veiculares de itens de segurança e ambientais para máquinas e veículos utilizados na execução das atividades da fazenda; realização de campanhas de direção defensiva, cuidados ambientais na manutenção e deslocamentos no empreendimento para os



funcionários.

Programa de sinalização viária

O objetivo deste programa é facilitar a circulação pelo empreendimento e identificar as Áreas de Preservação Permanente, Reserva Legal, corredores ecológicos, locais de acesso restrito (quando houver).

Para execução deste programa serão implantadas placas de sinalização de trânsito nas vias principais de acesso, como por exemplo, limite de velocidade; e haverá manutenção das placas de sinalização.

Projeto de Sistema de Saneamento por Banheiros Químicos

Este projeto tem o intuito de dar destinação adequada para os efluentes gerados por funcionários que atuam em frentes de trabalho no campo tais como frentes de plantio e colheita. Serão instalados banheiros químicos em carretas de reboque, as quais serão acopladas no veículo que transportará os trabalhadores para o campo. Os efluentes sanitários gerados serão encaminhados para uma Estação de Tratamento de Esgoto da COPASA.

8.2. Programas para o meio Biótico

Programa de Manejo das Áreas de Vegetação Nativa

O objetivo deste programa é promover a preservação e conservação de áreas com vegetação natural e remanescentes de vegetação nativa em regeneração.

Para execução deste programa as ações previstas são: implantação de placas de identificação e educativas das áreas de remanescentes de cerrado; vigilância nas áreas protegidas para evitar ações degradadoras, tais como caça, retirada de madeira e incêndios; ampliação da área útil dos fragmentos de vegetação nativa através da formação de corredores ecológicos; recomposição e enriquecimento vegetal das áreas preservadas com espécies nativas; cercamento do entorno da propriedade para maior proteção contra o pisoteio de animais domésticos, fogo ou qualquer outro possível tipo de degradação



antrópica ou natural; e fiscalização e monitoramento das áreas nativas.

Programa de vigilância, prevenção e combate a incêndios

O objetivo deste programa é a prevenção e combate a incêndios que danificam severamente a diversidade biológica local, emitem gases poluentes e provocam danos materiais e ao ser humano, bem como promover a vigilância no empreendimento com o intuito de coibir ações degradadoras.

Para execução deste programa o empreendimento conta com brigada de incêndio; equipamentos para controle de fogo; caminhões tipo pipa com canhões d'água; plantios realizados junto a faixas ecológicas; construção e manutenção de aceiros; vigilância e realização de rondas freqüentes para promover a segurança do local, identificar focos de incêndios e controlar o acesso de pessoas à fazenda; campanhas de conscientização externas e internas.

Plano de Retirada de Eucalipto em Área de Reserva Legal

O objetivo deste programa é a eliminação de brotações de eucalipto em uma área de 7,87 ha situada na reserva legal do empreendimento.

Serão realizadas desbrotas nas cepas de eucalipto para que as mesmas voltem a emitir novas brotações. Assim que estas brotações atingirem uma altura de aproximadamente 40 cm será aplicado herbicida para que seja feita a erradicação da espécie exótica. Esta operação se repetirá quantas vezes for necessário para a completa eliminação do eucalipto na reserva legal.

Programa de Recuperação de Áreas Degradadas Projeto Técnico de Reconstituição da Flora

O objetivo destes programas é a recuperação das áreas de cascalheiras localizadas nas coordenadas UTM X 648351 / Y 8092644 e X 648523 / Y 8092347, fuso 23K, dos processos erosivos localizados nas coordenadas UTM X 644576 / Y 8095584, fuso 23K, do processo erosivo localizado ao lado da vereda com barramento (ponto de visada: UTM X 648314 / Y 8092915, fuso 23K); e o enriquecimento vegetal de áreas antropizadas no interior da



Reserva Legal: áreas de pastagens e carvoaria antigas.

Para a contenção dos processos erosivos localizados nas coordenadas UTM X 644576 / Y 8095584, fuso 23K, onde não há acesso para máquinas e não é aconselhável a supressão de vegetação nativa, foi proposto a eliminação do escoamento superficial por meio de construção de caixas de contenção, camalhões e uma barreira de contenção com sacarias cheias de terra oriunda de manutenção de caixas de contenção.

Para os locais onde houver necessidade foi proposto o nivelamento do solo. Em todos os casos foi proposto a construção de camalhões e caixas de contenção de sedimentos no entorno das áreas a serem recuperadas; incorporação de matéria orgânica, caso necessário; plantio de espécies nativas com os devidos tratos culturais (controle de formigas, adubação, coroamento, controle de ervas daninhas, replantio) para o desenvolvimento das mudas. O preparo do solo será realizado por meio de coveamento de forma que provoque menor alteração na cobertura vegetal presente na área.

Para o monitoramento será verificado o percentual de sobrevivência das mudas; o crescimento das mudas em altura e diâmetro; a diversidade da flora; a regeneração natural; o aparecimento da fauna no local, sobretudo a microfauna; verificação e eliminação de focos de incêndios; vigilância e sinalização das áreas.

Programa Monitoramento da Fauna

O objetivo deste programa é acompanhar os possíveis impactos do empreendimento sobre comunidades faunísticas pertencentes aos grupos da herpetofauna, avifauna, mastofauna através do monitoramento.

O programa apresentado necessita de algumas complementações, sendo que estas serão solicitadas mediante condicionante.

8.3. Programa para o meio socioeconômico

Programa de interação socioambiental

Este programa visa alcançar os moradores da vizinhança da fazenda São Marcos



(comunidades locais e fazendas próximas) e do município de Bocaiúva, por meio do aproveitamento da mão-de-obra local, cadastramento de possíveis fornecedores dentro das especificações impostas pelo empreendedor, capacitação de trabalhadores para as atividades relacionadas à silvicultura, conscientização ambiental sobre a atividade, incêndios florestais e preservação de florestas nativas.

9. Compensações

A Lei nº 9.985 de 18 Julho de 2000 prevê compensação ambiental para empreendimentos de significativo impacto ambiental instruídos com EIA/RIMA, conforme o disposto no Art. 36:

Nos casos de licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental, assim considerado pelo órgão ambiental competente, com fundamento em estudo de impacto ambiental e respectivo relatório - EIA/RIMA, o empreendedor é obrigado a apoiar a implantação e manutenção de unidade de conservação do Grupo de Proteção Integral, de acordo com o disposto neste artigo e no regulamento desta Lei.

Portanto, fundamentado neste artigo, faz-se necessária a compensação ambiental por parte do empreendedor através do apoio à implantação e manutenção de unidade de conservação do Grupo de Proteção Integral, sendo indicado o Parque Nacional das Sempre Vivas, visto que esta é a Unidade de Conservação de Proteção Integral mais próxima ao empreendimento. Observou-se significativo impacto quando da instalação do empreendimento que foi procedida sem licença ambiental e, portanto sem a garantia de aplicação de medidas mitigadoras/controladoras de impactos sobre os meios físico, biótico e socioeconômico.

Em nível estadual esta compensação é determinada nos termos do Decreto nº 45.175, de 17 de setembro de 2009, o qual estabelece a metodologia de gradação de impactos ambientais e procedimentos para fixação e aplicação da compensação ambiental.

10. Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)

A seguir serão apresentadas as condicionantes do TAC firmado entre o empreendedor e a SEMAD e o respectivo status de cumprimento das mesmas:



Condicionante: Apresentar Projeto Técnico de Reconstituição da Flora – PTRF, com cronograma de execução, seguindo os critérios da Deliberação Normativa COPAM 76/2004, para as áreas de carvoaria antiga e de pasto da Fazenda São Marcos. Prazo: 60 dias.

Status de cumprimento: Cumprida.

Condicionante: Executar o Projeto Técnico de Reconstituição da Flora – PTRF das áreas de carvoaria antiga e de pasto da Fazenda São Marcos, conforme cronograma de execução. Prazo: 60 dias após aprovação do respectivo PTRF.

Status de cumprimento: Condicionado para vigência da LOC.

Condicionante: Apresentar projeto para recuperação das áreas das cascalheiras situadas nos pontos de coordenadas geográficas UTM X 648351 / Y 8092644 e X 648523 / Y 8092347, fuso 23K, por meio de Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD) onde deverão ser apresentadas as metodologias a serem adotadas bem como o cronograma de execução. Prazo: 60 dias.

Status de cumprimento: Cumprida.

Condicionante: Executar o Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD) para recuperação das áreas de cascalheira mencionadas no item III, conforme cronograma de execução. Prazo: 60 dias após aprovação do respectivo PRAD.

Status de cumprimento: Condicionado para vigência da LOC.

Condicionante: Apresentar plano de contenção de processos erosivos e projeto para recuperação da área situada nas coordenadas geográficas UTM X 644576 Y 8095584, fuso 23K, e do processo erosivo localizado ao lado da vereda com barramento (ponto de visada: UTM X 648314 / Y 8092915, fuso 23K), por meio de Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD) onde deverão ser apresentadas as metodologias a serem adotadas bem como o cronograma de execução. Prazo: 60 dias.

Status de cumprimento: Cumprida.

Condicionante: Executar o Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD) para recuperação das áreas com processos erosivos mencionados no item V, conforme cronograma de execução. Prazo: 60 dias após aprovação do respectivo PRAD.

Status de cumprimento: Condicionado para vigência da LOC.



Condicionante: Apresentar Plano de eliminação do eucalipto localizado em área de Reserva Legal (coordenadas UTM X 649917 / Y 8090383, fuso 23K), bem como o cronograma de execução. Prazo: 60 dias.

Status de cumprimento: Cumprida.

Condicionante: Executar o Plano de eliminação do eucalipto localizado em área de Reserva Legal (coordenadas UTM X 649917 Y 8090383, fuso 23K), conforme cronograma de execução. Prazo: 60 dias após a aprovação do respectivo plano.

Status de cumprimento: Condicionado para vigência da LOC.

Condicionante: Implementar o sistema de saneamento por meio de banheiros químicos para os funcionários que exercem atividades em campo, bem como apresentar projeto do sistema de tratamento dos efluentes gerados. Prazo: 60 dias.

Status de cumprimento: Cumprida. O projeto foi apresentado.

Condicionante: Executar o projeto do sistema de saneamento e tratamento dos efluentes gerados nos banheiros químicos. Prazo: 60 dias após a aprovação do respectivo projeto.

Status de cumprimento: Cumprida. O projeto será executado apenas quando houver atividades no empreendimento.

OBSERVAÇÃO: As condicionantes que possuem status de cumprimento “Aguardando aprovação da SUPRAM” serão condicionadas caso a licença seja deferida, pois a equipe técnica da SUPRAM solicitou algumas adequações nos programas apresentados pelo empreendedor, os quais são objetos de tais condicionantes, sendo que as adequações foram devidamente apresentadas.

11. Controle Processual

Conforme acima demonstrado, trata-se o presente de uma solicitação de Licença de Operação Corretiva (LOC) para o empreendimento Fazenda São Marcos, do empreendedor SCFLOR Empreendimentos Agrícolas Ltda.

Sobre a concessão de Licença em caráter corretivo, o art. 14 do Decreto Estadual 44.844 de 2008 dispõe:



O empreendimento ou atividade instalado, em instalação ou em operação, sem a licença ambiental pertinente deverá regulariza-se obtendo LI ou LO, em caráter corretivo, mediante a comprovação de viabilidade ambiental do empreendimento.

Dessa forma, encontramos respaldo legal para a concessão da referida licença para o empreendimento em comento.

Para a operação do empreendimento durante a análise do presente processo, o empreendedor solicitou assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta, como permite e disciplina o §3º do art. 14 do Decreto 44.844/2008. O empreendedor cumpriu as cláusulas do referido TAC, o qual se mantém vigente até o julgamento deste processo.

O processo encontra-se instruído corretamente, haja vista a apresentação dos documentos necessários para sua formalização e exigidos para a atividade em comento pela legislação ambiental em vigor, dentre os quais destacamos: Declaração do Município informando que a atividade está em conformidade com as leis e regulamentos municipais; pagamento das custas processuais, estudos ambientais exigidos (PCA, EIA e RIMA), publicação de requerimento da licença, Cadastro Ambiental Rural, Cadastro Técnico Federal.

O empreendedor declarou, por meio de Ofício datado de 22 de fevereiro de 2018, que “não realizará impacto em terra indígena, e, terra quilombola, em bem cultural acautelado, em zona de proteção de aeródromo, em área de proteção ambiental municipal e em área onde ocorra a necessidade de remoção de população atingida”. Sendo assim, conforme Orientação Sisema 04.2017, não há necessidade de manifestação de órgãos intervenientes.

A utilização dos recursos hídricos se dá por captação em corpo hídrico, objeto de Certidões de Uso Insignificante.

Observa-se ainda que a viabilidade ambiental do empreendimento é constatada pelos estudos apresentados, e reforçada através das condicionantes ora estabelecidas; fato que não dispensa e nem substitui a obtenção de outras licenças legalmente exigíveis, nos termos do Decreto nº. 44.844/08, sob pena de autuação.

Assim, o presente processo contém os requisitos básicos exigidos para o pleito.



Isso posto, sugerimos a concessão da Licença de Operação Corretiva ao empreendimento Fazenda São Marcos, do empreendedor SCFLOR Empreendimentos Agrícolas Ltda, pelo prazo de 10 anos (art. 10 do Decreto 44.844/08), observadas às recomendações e condicionantes constantes neste parecer.

12. Conclusão

A equipe interdisciplinar da Supram Norte de Minas sugere o **deferimento** desta Licença Ambiental na fase de **Licença de Operação em caráter corretivo**, para o empreendimento **Fazenda São Marcos** da **SCFLOR Empreendimentos Agrícolas Ltda** para a atividade de **“Silvicultura”**, nos municípios de **Bocaiuva e Olhos D’Água/MG**, pelo prazo de **10 anos**, vinculada ao cumprimento das condicionantes e programas propostos.

Oportuno advertir ao empreendedor que o descumprimento de todas ou quaisquer condicionantes previstas ao final deste parecer único (Anexo I) e qualquer alteração, modificação e ampliação sem a devida e prévia comunicação a Supram Norte de Minas, tornam o empreendimento em questão passível de autuação.

Cabe esclarecer que a Superintendência Regional de Regularização Ambiental do Norte de Minas, não possui responsabilidade técnica e jurídica sobre os estudos ambientais apresentados nesta licença, sendo a elaboração, instalação e operação, assim como a comprovação quanto a eficiência destes de inteira responsabilidade da(s) empresa(s) responsável(is) e/ou seu(s) responsável(is) técnico(s).

Ressalta-se que a Licença Ambiental em apreço não dispensa nem substitui a obtenção, pelo requerente, de outras licenças legalmente exigíveis. Opina-se que a observação acima conste do certificado de licenciamento a ser emitido.

13. Anexos

Anexo I. Condicionantes para Licença de Operação Corretiva (LOC) da Fazenda São Marcos.

Anexo II. Programa de Automonitoramento da Licença de Operação Corretiva (LOC) da Fazenda São Marcos.



Anexo III. Autorização para Manejo da Fauna da Fazenda São Marcos.

Anexo IV. Relatório Fotográfico da Fazenda São Marcos.



ANEXO I

Condicionantes para Licença de Operação Corretiva (LOC) Fazenda São Marcos – SCFLOR Empreendimentos Agrícolas Ltda.

Empreendedor: Fazenda São Marcos.

Empreendimento: SCFLOR Empreendimentos Agrícolas Ltda.

CNPJ: 08.669.153/0001-38

Municípios: Bocaiuva; Olhos D'Água

Atividade: Silvicultura

Código DN 74/04: G-03-02-6

Processo: 22010/2014/001/2015

Validade: 10 anos

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
1	Todas as condicionantes deverão ser protocoladas em formato físico (em pasta de dois furos) e digital (PDF editável). Obs.: Mapas e plantas deverão ser apresentados no formato digital (preferencialmente nos formatos .gpx; .kml; .kmz) e em formato físico (2 vias), em escala que permita visualização. Apresentar ART do responsável técnico.	Durante a vigência da LO
2	Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo II.	Durante a vigência da LO
3	Realizar treinamentos de brigadas de controle à incêndios florestais e apresentar comprovação à SUPRAM NM.	Anual em toda vigência da LO
4	Apresentar comprovação da destinação ambientalmente correta dos resíduos gerados no empreendimento.	Anual em toda vigência da LO
5	Executar o projeto do sistema de saneamento e tratamento dos efluentes gerados nos banheiros químicos.	De acordo com o cronograma apresentado
6	Apresentar comprovação da destinação ambientalmente correta dos efluentes sanitários gerados no empreendimento, incluindo aqueles gerados por funcionários nas frentes de trabalho em campo tais como colheita e plantio.	Anual em toda vigência da LO



7	Realizar monitoramento da flora nas áreas de vegetação nativa (Áreas de Preservação Permanente, Reserva Legal e demais remanescentes) da Fazenda São Marcos. O monitoramento deverá ser realizado anualmente e deverá contemplar todas as fitofisionomias encontradas na área. Além disso, a metodologia utilizada deverá ser a mesma para todas as campanhas e deverá contemplar os aspectos fitossociológicos das áreas monitoradas. As parcelas permanentes utilizadas para o monitoramento deverão ser representativas e estar bem distribuídas em toda a área monitorada. Apresentar relatórios anuais com análise do desenvolvimento da flora.	Anual em toda vigência da LO
8	Executar o Projeto Técnico de Reconstituição da Flora – PTRF das áreas de carvoaria antiga e de pasto da Fazenda São Marcos, conforme cronograma de execução e apresentar relatórios anuais à SUPRAM NM.	Durante a vigência da LO
9	Executar o Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD) para recuperação das áreas de cascalheira localizadas nas coordenadas UTM X 648351 / Y 8092644 e X 648523 / Y 8092347, fuso 23K, conforme cronograma de execução e apresentar relatórios anuais à SUPRAM NM.	Durante a vigência da LO
10	Executar o Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD) para recuperação das áreas com processos erosivos localizados nas coordenadas UTM X 644576 Y 8095584, fuso 23K, e X 648314 / Y 8092915, fuso 23K (ponto de visada), conforme cronograma de execução e apresentar relatórios anuais à SUPRAM NM.	Durante a vigência da LO
11	Executar o Plano de eliminação do eucalipto localizado em área de Reserva Legal (coordenadas UTM X 649917 Y 8090383, fuso 23K), conforme cronograma de execução e apresentar relatórios anuais à SUPRAM NM.	Durante a vigência da LO
12	Para o Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas, o monitoramento deverá ocorrer em pontos que estejam a jusante de todos os cursos hídricos presentes na fazenda	Durante a vigência da LO



	São Marcos e não em apenas um ponto como foi proposto no programa.	
13	Apresentar as seguintes complementações do Programa de Monitoramento da Fauna: <ul style="list-style-type: none">- Descrição dos tipos de habitats, com o mapeamento e indicação dos pontos a serem amostrados para cada grupo taxonômico;- Informar se haverá captura e fazer o detalhamento da mesma (tipo de marcação, triagem e demais procedimentos a serem adotados para os exemplares capturados ou coletados (vivos ou mortos), informando o tipo de identificação individual, registro e biometria);- Informar o destino pretendido para o material biológico a ser coletado com anuência da instituição onde o material será depositado.- Para a mastofauna, apresentar metodologia específica para animais de pequeno porte e quiropteroфаuna.	60 dias
14	Executar o Programa de Monitoramento da Fauna com as complementações condicionadas e apresentar relatórios anuais.	Durante a vigência da LO
15	Apresentar protocolo referente à formalização de proposta de compensação ambiental junto ao Instituto Estadual de Floresta – IEF – referente à compensação dada pela Lei 9.985/2000.	60 dias
16	Executar os programas propostos no Plano de Controle Ambiental-PCA e apresentar relatórios anuais comprovando o cumprimento.	Durante a vigência da LO

* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.

Obs. Eventuais pedidos de alteração nos prazos de cumprimento das condicionantes estabelecidas nos anexos deste parecer poderão ser resolvidos junto à própria Supram, mediante análise técnica e jurídica, desde que não altere o seu mérito/conteúdo.



ANEXO II

Programa de Automonitoramento da Licença de Operação Corretiva (LOC) da Fazenda São Marcos – SCFLOR Empreendimentos Agrícolas Ltda.

Empreendedor: Fazenda São Marcos

Empreendimento: SCFLOR Empreendimentos Agrícolas Ltda

CNPJ: 08.669.153/0001-38

Municípios: Bocaiuva; Olhos D'Água

Atividade: Silvicultura

Código DN 74/04: G-03-02-6

Processo: 22010/2014/001/2015

Validade: 10 anos

1. Resíduos Sólidos e Oleosos

Enviar **anualmente** a Supram-Norte de Minas, os relatórios de controle e disposição dos resíduos sólidos gerados contendo, no mínimo os dados do modelo abaixo, bem como a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas informações.

Resíduo				Transportador		Disposição final			Obs. (**)
Denominação	Origem	Classe	Taxa de geração kg/mês	Razão social	Endereço completo	Forma (*)	Empresa responsável		
		NBR 10.004 (*)					Razão social	Endereço completo	

(*) Conforme NBR 10.004 ou a que sucedê-la.

(**) Tabela de códigos para formas de disposição final de resíduos de origem industrial

- 1- Reutilização
- 2 - Reciclagem
- 3 - Aterro sanitário
- 4 - Aterro industrial
- 5 - Incineração
- 6 - Co-processamento
- 7 - Aplicação no solo
- 8 - Estocagem temporária (informar quantidade estocada)
- 9 - Outras (especificar)



Em caso de alterações na forma de disposição final de resíduos, a empresa deverá comunicar previamente à Supram-Norte de Minas, para verificação da necessidade de licenciamento específico.

As doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendedor. Fica proibida a destinação dos resíduos Classe I, considerados como Resíduos Perigosos segundo a NBR 10.004/04, em lixões, bota-fora e/ou aterros sanitários, devendo o empreendedor cumprir as diretrizes fixadas pela legislação vigente.

Comprovar a destinação adequada dos resíduos sólidos de construção civil que deverão ser gerenciados em conformidade com as Resoluções CONAMA n.º 307/2002 e 348/2004.

As notas fiscais de vendas e/ou movimentação e os documentos identificando as doações de resíduos, que poderão ser solicitadas a qualquer momento para fins de fiscalização, deverão ser mantidos disponíveis pelo empreendedor.

IMPORTANTE

- Os parâmetros e frequências especificadas para o programa de Automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da Supram-Norte de Minas, face ao desempenho apresentado;
- A comprovação do atendimento aos itens deste programa deverá estar acompanhada da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), emitida pelo(s) responsável(eis) técnico(s), devidamente habilitado(s);

Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.



ANEXO III

Autorização para Manejo da Fauna da Fazenda São Marcos – SCFLOR
Empreendimentos Agrícolas Ltda.

AUTORIZAÇÃO PARA MANEJO DE FAUNA SILVESTRE				Nº XXX.XXX/201X	
PROCESSO SEMAD Nº 22010/2014/001/2015		VINCULADO AO CERTIFICADO DE LICENÇA LO Nº xxxx/2018			VALIDADE: A mesma da licença
ETAPA: INVENTARIAMENTO () MONITORAMENTO (X) RESGATE/SALVAMENTO ()					
MANEJO AUTORIZADO: CAPTURA (X) COLETA (X) TRANSPORTE (X)					
RECURSOS FAUNÍSTICOS:					
AVES (X) ANFÍBIOS (X) RÉPTEIS (X) MAMÍFEROS (X) INVERTEBRADOS ()					
ICTIOFAUNA ()					
EMPREENHIMENTO: Fazenda São Marcos					
EMPREENDEDOR: SCFLOR Empreendimentos Agrícolas Ltda.					
CNPJ: 08.669.153/0001-38 CTF: 4514884					
ENDEREÇO: RODOVIA BR. 451 KM 20 – ZONA RURAL – BOCAIUVA - MG – CEP: 39.390-000					
CONSULTORIA RESPONSÁVEL PELA ATIVIDADE: NATIVA MEIO AMBIENTE LTDA CNPJ: 09.466.493/0001-24					
CTF: 4972490					
ENDEREÇO: AVENIDA INTEGRAÇÃO, 43, CENTRO, CURVELO – MG – CEP: 35.790-000					
COORDENADOR GERAL DA ATIVIDADE: RICARDO DE SOUZA SANTANA – COORDENAÇÃO DO PROJETO					
REGISTRO DE CLASSE: CRBIO 44729/04 CTF: 2245368					
EQUIPE TÉCNICA:		GRUPO:	REGISTRO CLASSE:	CTF:	
Adriano Marques de Souza		Herpetofauna	CRBio 37451/04	618389	
Eduardo de Carvalho Dutra		Avifauna	CRBio 93164/04	4683729	
Ricardo de Souza Santana		Mastofauna	CRBio 44729/04	2245368	
LOCAL E DATA DE EMISSÃO		ASSINATURA E CARIMBO DO RESPONSÁVEL PELA AUTORIZAÇÃO			
SUPRAM NORTE DE MINAS					
Montes Claros, XX de XX de 201X. (a data que sair este Certificado)		Clésio Cândido Amaral			
		Superintendente Regional de Regularização Ambiental			



DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES:

- O Monitoramento da fauna nas áreas de influência da Fazenda São Marcos deverá ocorrer durante toda a fase de operação.
- Serão realizadas campanhas durante todo o período de validade da Licença. As campanhas deverão respeitar os critérios de sazonalidade, sendo executadas nas estações seca (abril a setembro) e chuvosa (outubro a março). A duração das campanhas depende do grupo a ser estudado e das metodologias a serem utilizadas, conforme descritos no parecer.
- Os animais eventualmente coletados e **não identificados em campo** serão sacrificados, devidamente preparados de acordo com a especificidade de cada grupo taxonômico e serão incluídos na coleção de uma instituição de ensino, ainda a ser comunicada, juntamente com a carta de aceite, conforme condicionante nº 12, acima citada.

ÁREAS AMOSTRAIS: As áreas de monitoramento da avifauna, herpetofauna e mastofauna ocorrerão em trechos da Área Diretamente Afetada (ADA) e da área de Influência Direta da Fazenda São Marcos (AID). As campanhas serão iniciadas em 2018 e finalizarão em 2028.

PETRECHOS: listas de Mackinnon, binóculos Leupold e Bushnell 10 x 42 mm e armadilhas fotográficas.

Obs.: Em caso de adoção da metodologia de anilhamento de aves ou de uso de qualquer artefato de marcação, o profissional deverá portar e apresentar a autorização expedida para tal pelo CEMAVE.

Notas:

- 1- Esta autorização não dispensa nem substitui a obtenção, pelo requerente, de anuências, certidões, alvarás, licenças e autorizações de qualquer natureza, exigidos pela legislação Federal, Estadual ou Municipal;
- 2- Esta autorização não permite:
 - 2.1- Captura/Coleta/Transporte/Soltura da fauna acompanhante em área particular sem o consentimento do proprietário;
 - 2.2- Captura/Coleta/Transporte/Soltura da fauna acompanhante em unidades de conservação federais, estaduais, distritais e municipais, salvo quando acompanhadas da anuência do órgão administrador competente da UC;
 - 2.3- Coleta/Transporte de espécies listadas na Instrução Normativa MMA Nº 03/2003 e anexos CITES, bem como as INs MMA Nº 05/2004 e 52/2005;
 - 2.4- Coleta/Transporte de espécies listadas na Deliberação Normativa COPAM Nº 147/2010;
 - 2.5- Coleta de material biológico por técnicos não listados nesta autorização;
 - 2.6- Exportação de material biológico;
 - 2.7- Acesso ao patrimônio genético, nos termos da regulamentação constante na Medida Provisória Nº 2.186-16/2001;
 - 2.8- O transporte dos espécimes fora do estado de Minas Gerais;
- 3- O pedido de renovação, caso necessário, deverá ser protocolado 90 dias antes de expirar o prazo de validade desta autorização;
- 4- A SUPRAM, mediante decisão motivada, poderá modificar as condicionantes, bem como suspender ou cancelar esta autorização, sem prejuízo das demais sanções previstas em lei, caso ocorra:
 - a) Violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais;



- b) Omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição da presente autorização;
- c) Superveniência de graves riscos ambientais e de saúde.

CONDICIONANTES ESPECÍFICAS:

1- Executar o Programa de Monitoramento da Fauna Silvestre (Herpetofauna, Mastofauna de pequeno, médio e grande porte e quiropterofauna e Avifauna) semestralmente, contemplando campanhas na estação chuvosa e seca (conforme descrito neste Parecer), com início a partir da obtenção da Licença até o término desta e com envio dos respectivos relatórios anuais à esta SUPRAM NM, conforme “Termo de Referência para relatório de monitoramento de fauna terrestre”, disponível no site da SEMAD.

2 - Apresentar relatório final consolidado referente ao período de execução do Programa de Monitoramento de Fauna Silvestre. Prazo: 60 dias após o vencimento desta autorização.

3 - Durante o **monitoramento** dos animais devem ser realizados os seguintes procedimentos:

3.1 - A captura, coleta, soltura e/ou transporte de animais só poderá ser realizada com presença de algum membro da equipe técnica designada por esta Autorização. Qualquer alteração na equipe deverá ser comunicada oficialmente à SUPRAM NM.

3.2 - Em até 30 dias após o término da vigência desta autorização, a coordenação do projeto deverá encaminhar relatório impresso e digital contendo:

- a) Caracterização do ambiente encontrado na área de influência do empreendimento, com descrição dos tipos de fitofisionomia. Os tipos de fitofisionomias deverão ser mapeados, com indicação dos seus tamanhos em termos percentuais e absolutos, além de indicar os pontos amostrados para cada grupo taxonômico;
- b) Lista das espécies encontradas, forma de registro e habitat, destacando as espécies ameaçadas de extinção (lista vermelha das espécies ameaçadas da IUCN, livro vermelho da fauna brasileira ameaçada de extinção do MMA e lista estadual da fauna ameaçada, outras listas podem ser utilizadas de forma complementar), endêmicas, raras, as não descritas previamente para a área estudada ou pela ciência, as passíveis de serem utilizadas como indicadoras de qualidade ambiental, as de importância econômica e cinegética, as potencialmente invasoras ou de risco epidemiológico, inclusive domésticas, e as migratórias.
- c) Detalhamento da captura, tipo de marcação, triagem e dos demais procedimentos a serem adotados para os exemplares capturados ou coletados, informando o tipo de identificação individual, registro e biometria.
- d) Tabela (dados brutos) contendo todos os indivíduos capturados e observados apresentando nome científico, nome comum, tipo de marcação, sequência de marcação, área amostral, fitofisionomia, habitat, coordenadas planas (UTM), estação do ano, método de registro, data, horário de registro, sexo, estágio reprodutivo, estágio de desenvolvimento, status de conservação (IUCN, MMA, lista estadual), endemismo, destinação e o coletor/observador. Adicionalmente, devem ser registrados os dados biométricos e sanitários dos espécimes capturados. Para os animais sociais observados, deve ser registrado o número de indivíduos presentes no grupo e para animais arborícolas anotar a altura no estrato vegetacional.
- e) Tabela (dados brutos) contendo exclusivamente os animais enviados para as universidades apresentando nome científico, número de tombo (caso o animal ainda não tenha sido tombado, enviar a identificação



individual), data da coleta, coordenadas planas e fitofisionomia da captura.

- f) Tabela (dados brutos) a parte para todos os indivíduos registrados por atropelamento com o nome científico, a data de registro, o quilômetro da rodovia e as coordenadas planas.
- g) Carta de recebimento da Instituição depositária contendo a lista e a quantidade dos animais recebidos. Os espécimes oriundos desta Autorização não poderão ser comercializados.
- h) Anexo digital com planilha dos dados brutos em formato editável (ex. xml);
- i) O prazo estabelecido acima poderá ser prorrogado mediante a apresentação de documentação contendo justificativa a ser analisada pela SUPRAM NM.
- j) O coordenador deve enviar uma declaração se responsabilizando pelo conteúdo do relatório. A declaração deverá ser anexada ao relatório.



ANEXO IV

Relatório Fotográfico da Fazenda São Marcos – SCFLOR Empreendimentos Agrícolas Ltda.

Empreendedor: Fazenda São Marcos

Empreendimento: SCFLOR Empreendimentos Agrícolas Ltda

CNPJ: 08.669.153/0001-38

Municípios: Bocaiuva; Olhos D'Água

Atividade: Silvicultura

Código DN 74/04: G-03-02-6

Processo: 22010/2014/001/2015

Validade: 10 anos



Foto 01. Silvicultura implantada



Foto 02. Reserva legal e APP



Foto 03. Área com solo exposto na RL



Foto 04. Área da antiga carvoaria